



23 de agosto de 2017

## **Projeto de lei favorece a privatização da Educação Infantil e ameaça as condições de trabalho de todos os professores!**

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)  
e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org)

- Dória demite professores contratados e deixa estudantes sem aula.

# **Que os conselheiros do SINPEEM aprovem:**

*A convocação imediata de uma ASSEMBLEIA, objetivando:*

- a) Retomar a greve geral para pôr abaixo as reformas do governo golpista de Temer;*
- b) Constituir os comitês de luta nos bairros;*
- c) Lutar contra as medidas privatistas de Dória / PSDB;*
- d) Defender os professores contratados, ameaçados com o desemprego.*

## **Responder com luta à Reforma da Previdência! Revogar todas as reformas que retiram direitos e impõem a miséria à maioria nacional O caminho é o da retomada da greve geral!**

Camaradas, o governo golpista de Temer continua firme no propósito de impor as reformas contra os trabalhadores e juventude oprimida. Nem bem aprovou a reforma trabalhista, já prepara a votação da previdenciária. Em nome da “modernização das relações trabalhistas” e da volta dos empregos, impôs o maior retrocesso às conquistas da classe operária. Conquistas estas que foram arrancadas com greves, manifestações e mortes, a exemplo do assassinato do operário Antônio Martinez na greve geral de 1917.

Agora, com as mudanças na Previdência, quer dificultar mais ainda que o trabalhador alcance a aposentadoria. Descarrega, assim, o peso da crise econômica sobre a maioria explorada. E privilegia os latifundiários e os empresários com o perdão de suas gigantescas dívidas para com o Tesouro. Ou seja, os capitalistas arrancam o couro da maioria oprimida, e ainda são presenteados pelo governo corrupto de Temer.

Mas é preciso entender que o governo age assim porque não tem encontrado uma resistência firme e decidida da classe operária e demais trabalhadores. O descontentamento com as medidas do governo continua grande no interior das fábricas, no comércio e nos setores de serviços. Porém, foi amortecido pelas direções sindicais depois da greve geral de 28 de abril.

No caso do SINPEEM, o que a experiência da mobilização deste ano revelou foi o equívoco colossal do argumento empregado pela diretoria, de encerrar a greve para “acumular forças”, e assim recolocar o movimento na rua no momento da votação das medidas, junto com as centrais. O que se deu foi o desmonte da greve em troca de um acordo rebaixado. As reformas têm sido aprovadas e nada tem sido feito de efetivo para impedir. O exemplo trágico é o da aprovação da Reforma Trabalhista, que aconteceu diante de uma irrisória manifestação em Brasília – para a qual o SINPEEM não levou um ônibus sequer.

Está aí o erro de submeter o movimento dos trabalhadores ao calendário do Congresso Nacional, profundamente corrompido. Ao invés de potencializar a luta coletiva, as direções passaram para o terreno que não é próprio dos explorados: a pressão sobre os deputados e senadores, que servem à burguesia e ao governo. A Força Sindical e a UGT aceitaram a aprovação da reforma trabalhista, contando com a promessa feita por Temer de fazer Medidas Provisórias, visando modificar determinados pontos da proposta, a exemplo da contribuição sindical.

A CUT e aliadas, que se colocaram contra as emendas às reformas, também se colocaram por subordinar o movimento à decisão do Congresso Nacional e às disputas eleitorais. O resultado está aí: o movimento que ganhou projeção nacional em abril foi desmontado – embora todos os sindicalistas, em palavras, se coloquem sob a bandeira de “nenhum direito a menos”.

Camaradas, as reformas só serão derrubadas e enterradas pela ação coletiva nacional da classe operária. Nesse momento, que antecede a implantação da reforma trabalhista e que o plenário da Câmara dos Deputados se prepara para a aprovação da reforma da Previdência, é preciso colocar o combate no terreno que é próprio dos explorados. Para isso, é fundamental rejeitar a via da conciliação de classes, das emendas parlamentares e das negociatas. Assim como é preciso rechaçar o desvio da luta para o campo das eleições burguesas. Está provado que esse caminho é vitória certa do governo e do Congresso Nacional golpistas.

É fundamental se colocar pela independência perante o governo e a burguesia. O SINPEEM precisa mobilizar a categoria e organizar a luta direta e coletiva, que requer necessariamente a convocação de uma assembleia democrática e massiva para impor os interesses da categoria e apontar o caminho da unidade com os demais trabalhadores do país.

# Projeto de lei favorece a privatização da Educação Infantil e ameaça as condições de trabalho de todos os professores!

Tramita na Câmara Municipal o Projeto de Lei no 68, de autoria do vereador Cláudio Fonseca/PPS, que altera a Lei no 14.660/07. Utiliza-se da justificativa principal de assegurar a todos os trabalhadores da Educação a aplicação da lei que destina 1/3 da jornada de trabalho docente para hora/atividade e do direito dos professores de Educação Infantil (PEI) poderem optar pela mudança de denominação do cargo para Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (PEIF), podendo assim atuar também em EMEIs e EMEFs.

No entanto, é necessário levarmos em consideração uma série de riscos que esse Projeto de Lei traz para o conjunto da categoria:

- 1) Primeiro, uma questão de método: ao invés de impulsionar a luta coletiva, fazendo a classe confiar em suas próprias forças, Cláudio Fonseca coloca nas mãos da Câmara de Vereadores, que possui maioria de apoio ao governo do PSDB, a possibilidade de alteração da Lei no 14.660/07. O que significa que muitas mudanças podem ser feitas neste PL no sentido de piorá-lo ainda mais, retirando direitos já conquistados pela categoria.
- 2) A possibilidade de remoção dos professores do CEI para as EMEIs e EMEFs pode favorecer ainda mais a política de privatização da Educação Infantil, que já é alarmante no que se refere ao atendimento das crianças de 0 a 3 anos. Uma possível diminuição no número de professores nos CEIs deixará o caminho livre para a política privatista de Dória/PSDB

ser expandida.

- 3) Fixação da JEIF como jornada do cargo a todos os professores não corresponde a reivindicação aprovada pela categoria, a qual deliberou em Congresso a bandeira de “garantia da JEIF a todos que por ela optarem”. Dizemos isso, por que a JEIF como jornada do cargo fará com que os professores que não optarem pela JBD tenham que cumprir a JEIF independentemente de haver ou não aulas suficientes em sua U.E. de lotação, ou seja, obrigará os professores a complementar sua jornada em mais de uma escola.
- 4) A transformação do cargo de PEI em PEIF exigirá dos professores que já possuem tempo de contribuição e idade para se aposentar que permaneçam no mínimo mais cinco anos no cargo para obter o direito a aposentadoria. O mesmo ocorreu quando houve a transformação de ADI para PEI.

Portanto, a garantia de direitos iguais aos PEIs e PEIFs não será conquistada por meio de uma medida administrativa de mudança na denominação de um cargo, até por que ambos já possuem a mesma formação exigida para o exercício de sua função tanto no CEI quanto nas EMEIs e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A conquista da isonomia entre todos os trabalhadores só se dará com a luta coletiva, por meio da ação direta (greves, paralisações, manifestações de rua etc.).

***Nenhuma ilusão no parlamento burguês!  
Direitos se conquistam com luta!***

## Dória demite professores contratados e deixa estudantes sem aula

Os professores contratados da rede municipal de São Paulo foram notificados de que seus contratos não serão renovados a partir de agosto deste ano. Muitos, inclusive, já estão fora da rede.

A justificativa do governo foi a chamada de professores aprovados no concurso. Um argumento falso. Números do próprio governo mostram que haverá um déficit grande de professores, mesmo com o ingresso dos professores efetivos. Isso porque todo ano há aposentadorias, exonerações e licenças por motivo de saúde. É a primeira vez que há uma demissão em massa.

Existem por volta de 1900 professores contratados na rede. Esses profissionais ficarão desempregados, as escolas municipais, sem professores

e os estudantes, sem aulas.

Diante da crise econômica que assola o país, está claro que Dória/PSDB quer cortar gastos com a Educação. Essa é uma medida de contenção de gastos e nada tem a ver com o pedagógico.

É preciso entender que acaba de ser aprovada a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização. Ou seja, existe uma tendência nacional de favorecimento à privatização dos serviços. Na Prefeitura de São Paulo não é diferente.

A partir daí, constituiu-se o Movimento dos Professores Contratados de Luta. Foram várias reuniões entre o movimento e o governo. Ainda assim, este se mantém inflexível.

A direção majoritária do sindicato, corrente Compromisso e Luta/

PPS, é contrária a esse combate. Diz que defende o concurso público. Como se a luta pelo emprego não fosse obrigação do sindicato. Coloque, assim, do lado do governo Dória/PSDB contra os trabalhadores.

É importante que os conselheiros aprovelem que o sindicato tem de levar adiante a luta dos professores contratados. Porque se trata de uma luta por emprego e condições de vida.

**Nossas principais reivindicações são:**

- *readmissão dos demitidos;*
- *manutenção dos contratos;*
- *diminuição de alunos por sala de aula;*
- *aumento de módulo de docentes por escola;*
- *estabilidade para todos.*